



INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

O impacto das qualificações escolares de nível superior no prémio salarial dos jovens e a mediação da atividade económica

Adriana Reis Silva

Mestrado em Ciências do Trabalho e Relações Laborais

Orientador:

Doutor Frederico Manuel Pincho Cantante, Professor Auxiliar Convidado  
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2021





SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

Departamento de Sociologia

O impacto das qualificações escolares de nível superior no prémio salarial dos jovens e a mediação da atividade económica

Adriana Reis Silva

Mestrado em Ciências do Trabalho e Relações Laborais

Orientador:

Doutor Frederico Manuel Pincho Cantante, Professor Auxiliar Convidado,  
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2021

*Dedico esta dissertação aos MEUS, que sempre acreditaram, pois sem o seu apoio, incentivo, compreensão e motivação não teria sido possível chegar até aqui.*

## **Agradecimento**

Não poderia fechar a página de mais uma caminhada, sem antes agradecer a todos aqueles que me encorajaram e nunca me deixaram desistir.

Ao meu professor Doutor Frederico Cantante, o meu reconhecido agradecimento pela sua orientação neste trabalho, disponibilidade, paciência e pela transmissão do seu saber científico, demonstrados desde o primeiro momento e que permaneceram ao longo de todo o tempo do trabalho. Não posso também de deixar agradecer ao orientador do curso professor Doutor Alan Stoleroff por toda a sua dedicação, transmissão de conhecimento e apoio. E em geral a todos os professores com quem me cruzei durante este percurso, por todo conhecimento que me transmitiram.

A DGEEC (Direção-Geral das Estatísticas da Educação e Ciências) que me proporcionou o acesso aos microdados dos Quadros de Pessoal, fundamentais para a análise empírica desta investigação e à GEP/MTSSS (Gabinete de Estratégia e Planeamento/ Ministério Trabalho, Solidariedade e Segurança Social), que recolhe esta informação e disponibiliza para investigações académicas.

E como não poderia deixar de ser, agradeço à minha família por todo o apoio ao longo deste trabalho, por não me deixarem desistir e acima de tudo pela compreensão e ajuda de todos, sem todos eles o tempo dispensado neste trabalho não seria possível. Principalmente aos meus pais e a minha irmã, pelo apoio incondicional, por sempre acreditarem em mim e me proporcionarem todas estas oportunidades ao longo da vida.

Ao João, pelo persistente apoio, motivação e enorme compreensão.

Quero agradecer a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho e me criaram condições à motivação na elaboração e a todos aqueles que das variadíssimas formas me têm apoiado neste percurso académico. Aos meus colegas de mestrado, pelo companheirismo e incentivo. A todos os que não refiro aqui, mas foram importantes durante todo este percurso o meu agradecimento. O meu muito obrigada por fazerem parte da minha vida e por serem quem são, e como são!

Sem todos vocês nada disto seria possível!



## Resumo

Nas últimas décadas, assistiu-se à alteração do perfil escolar da população, com um aumento significativo das taxas de participação no ensino superior e da proporção de ativos com qualificações escolares de nível superior. A população em geral, e especialmente a faixa etária mais jovem, vê na aquisição deste nível de ensino um passaporte para uma mobilidade social ascendente.

O presente estudo tem como objetivo perceber o impacto dos recursos escolares na definição do nível remuneratório dos trabalhadores, particularmente entre a população mais jovem, analisar a variação desse impacto ao longo dos anos e apurar quais as variáveis que têm um papel estruturante na definição do impacto das qualificações escolares na remuneração.

Este estudo assenta numa metodologia extensiva-quantitativa, nomeadamente na análise estatística de microdados de fontes oficiais, numa perspetiva diacrónica, ou seja, foi analisada a evolução ao longo de um determinado período de tempo. Esta investigação foi realizada através do tratamento dos dados disponíveis na base de dados dos Quadros de Pessoal, sendo posteriormente tratados e analisados no software IBM SPSS Statistics 28.

Os resultados empíricos permitem perceber que, apesar do prémio das qualificações escolares de nível superior ter vindo a estagnar nos últimos vinte anos, é clara a força estruturante das mesmas na determinação do ganho dos indivíduos. O prémio salarial dessas qualificações é bastante menor quando se comparam os ganhos dos trabalhadores mais jovens face ao dos mais velhos. No entanto, o prémio salarial das qualificações escolares entre a população mais jovem varia bastante consoante o setor de atividades económica em questão, mas também tendo em consideração o género dos trabalhadores.

Palavras-Chave: Mercado de trabalho; jovens; prémio salarial das qualificações de nível superior; atividade económica; desigualdades



## **Abstract**

In the last decades, there has been a change in the population's school profile, with a significant increase in participation rates in higher education and in the proportion of working people with higher education qualifications. Population in general, and especially the young, see the acquisition of this level of education as a passport to upward social mobility.

This study aims to understand the impact of school resources in defining the salary level of workers, particularly among the younger population, to analyze the variation of this impact over the years, and to determine which variables have a structuring role in defining the impact of school qualifications on salaries.

My study was based on extensive-quantitative methodology, namely on the statistical analysis of microdata from official sources, in a diachronic perspective, that is, the evolution over a certain period of time was analyzed. This investigation was carried out by processing the data available in the "Quadros de Pessoal" database, which was later processed and analyzed using the IBM SPSS STatistics 28 software.

The empirical results allow us to understand that, despite the premium for higher education qualifications having been stagnant in the last twenty years, the structuring force of these qualifications in determining the earnings of individuals is clear. The wage premium for these qualifications is much smaller when comparing the earnings of younger workers with those of older workers. However, the wage premium for educational qualifications among the younger population varies greatly depending on the sector of economic activity in question, but also taking into account the gender of workers.

**Keywords:** Labour Market; youth; wage premium for higher education qualifications; economic activity; inequalities



# Índice

Agradecimento.....	iii
Resumo .....	v
Abstract .....	vii
Índice de Figuras.....	xi
Índice de Tabelas.....	xiii
Glossário .....	xv
Introdução.....	1
Capítulo 1. Mercado de trabalho, jovens e prémio salarial das qualificações: teorias e tematizações.....	3
1.1. As qualificações num mercado de trabalho em recomposição.....	3
1.2. O prémio das qualificações e as desigualdades.....	5
1.3. Da segmentação à gravidade dos setores.....	16
Capítulo 2. Modelo de Análise, hipóteses de investigação e metodologia.....	19
2.1. Modelo de análise e hipóteses de investigação.....	19
2.2. Metodologia e fontes de informação.....	21
Capítulo 3. Prémio salarial das qualificações e a mediação setorial: análise de resultados ...	24
3.1. Caracterização da população.....	24
3.2. O cenário das habilitações literárias nas últimas duas décadas: 1999, 2010 e 2019.	25
3.3. O impacto decrescente e diferenciado das qualificações escolares de nível superior.	26
3.4. A mediação setorial do prémio salarial das qualificações.....	28
Conclusão: as atividades económicas importam .....	38
Referências Bibliográficas .....	41
Fontes.....	45
Anexos.....	47

Anexo A.....	47
Anexo B.....	48
Anexo C.....	49
Anexo D.....	50
Anexo E.....	51

## Índice de Figuras

Figura 1. Modelo conceptual proposto.....	19
Figura 2. Habilitações literárias 1999, 2010 e 2019.....	26
Figura 3. Ganho salarial médio dos jovens que concluíram o ensino superior, por atividade económica-2019(%) .....	30
Figura 4. Ganho salarial médio dos jovens que concluíram o ensino superior, por atividade económica-2010(%) .....	31
Figura 5. Ganho salarial médio dos jovens que concluíram o ensino superior, por atividade económica- 1999(%) .....	33
Figura 6. Ganho salarial dos mais velhos que concluíram o ensino superior, por atividade económica-2019(%) .....	35
Figura 7. Ganho salarial dos jovens que concluíram o ensino superior, por atividade económica e género-2019(%).....	37



## Índice de Tabelas

Tabela 1. Dimensões em análise e respetivos indicadores desta investigação.....	20
Tabela 2. Hipóteses de investigação .....	21
Tabela 3. Prémio das qualificações superiores para a população em geral (1999, 2010 e 2019) .....	27
Tabela 4. Prémio das qualificações superiores por idade e habilitações literárias (1999,2010 e 2019).....	28



## **Glossário**

GEP/MTSSS - Gabinete de Estratégia e Planeamento/ Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

PSD/CDS – Partido Social Democrata/ Partido do Centro Democrático Social

NEET's – Not in education, employment or training (Jovens que não estudam, nem trabalham, nem frequentam uma formação)



## Introdução

No final da década de 90, Portugal distinguiu-se positivamente em vários indicadores de fecundidade e saúde, de participação feminina no mercado de trabalho e pelo progresso do setor terciário. Estes fatores colocavam Portugal numa situação favorável que lhe permitiu ser associado aos países desenvolvidos. O próprio perfil escolar da população alterou-se, começando a verificar-se uma assimetria. Se, por um lado, a geração mais jovem havia adquirido níveis de qualificação profissional elevados, por outro lado, havia uma grande parte da população portuguesa, constituída por pessoas de outras faixas etárias, que tinham em média níveis escolares mais baixos. O país apresentava um perfil escolar característico de uma “modernidade inacabada”, considerada por Machado e Costa (1998), como uma situação de atraso relativamente ao do resto da Europa.

Tal como nas últimas décadas, atualmente Portugal continua a caracterizar-se por um *gap* intergeracional a nível da escolarização. Segundo Cantante (2019), estamos perante uma sociedade “polarizada”. Apesar do exponencial aumento das qualificações da geração mais jovem, Portugal está longe de ser uma sociedade baseada no conhecimento, o que continua a colocar o país numa situação de atraso e de fortes desigualdades.

As qualificações do ensino superior podem originar uma pluralidade de efeitos positivos a nível individual e coletivo e são vistas pela maior parte dos indivíduos como um impulsionador para a diminuição das desigualdades sociais, através da mobilidade social. A desigualdade económica, nomeadamente salarial, continua a ser um tema de grande importância nas sociedades, pois acarreta problemas políticos, económicos e sociais (Cantante, 2018; Costa, 2012) e influencia o acesso a determinados bens e recursos, assim como a oportunidades de trabalho e percursos profissionais.

O crescimento do nível de educação é mais visível entre os jovens em idade ativa (25-34 anos), do que entre os adultos com mais idade (35-64 anos) (FJN, 2021). No entanto, embora mais escolarizados, os mais jovens deparam-se com maiores dificuldades no acesso a melhores empregos e a empregos mais estáveis. Frágil é como se caracteriza a situação dos jovens no mercado de trabalho, atualmente (Marques, Suleman & Guimarães, 2021).

Esta dissertação visa melhorar a compreensão do peso dos recursos escolares na definição do nível remuneratório dos trabalhadores, nomeadamente no grupo dos trabalhadores mais jovens. Esta questão tornou-se pertinente porque, por um lado, o mercado laboral passou a colocar nas qualificações um nível de exigência cada vez mais elevado, sendo a geração jovem que atinge, maioritariamente, esses níveis de qualificação, mas, por outro lado são os jovens que se deparam com maiores dificuldades em alcançar empregos estáveis e remunerados de acordo com as suas qualificações. Deste modo, a trajetória dos indivíduos no mercado laboral, pode ou não ser linear ou facilitada pela escolaridade dos trabalhadores. Interessa aqui perceber se a escolaridade perdeu ou não a força estruturante na definição das trajetórias laborais, em particular no nível remuneratório dos trabalhadores jovens e que tipo de variáveis influenciam esta realidade.

O objetivo principal desta dissertação é perceber qual o impacto dos recursos escolares na definição do nível remuneratório dos trabalhadores, -com especial ênfase nos mais jovens- analisar a variação desse impacto ao longo dos anos e apurar quais as variáveis que têm um papel estruturante na definição do impacto das qualificações escolares na remuneração.

Este estudo tem, portanto, como objetivo responder às seguintes questões de investigação:

**Q1:** Qual o impacto das qualificações escolares no ganho salarial dos trabalhadores e como tem esse impacto evoluído? Qual o impacto entre os mais novos e entre os mais velhos?

**Q2:** Até que ponto o impacto das qualificações escolares é mediado pela atividade económica em que o trabalhador está inserido? E como é que essa realidade evoluiu?

**Q3:** Esta mediação verifica-se com tanta intensidade nos trabalhadores mais jovens e mais velhos com qualificações superiores? E entre homens e mulheres jovens?

Quanto à estrutura, esta dissertação encontra-se dividida em cinco pontos: introdução; revisão da literatura pela qual são abordados conceitos e problematizações fulcrais para o entendimento da temática em estudo; modelo de análise e metodologia; a apresentação e análise de resultados e conclusões. Nos anexos é apresentada informação adicional que não tem lugar no corpo deste trabalho.

## **Mercado de trabalho, jovens e prémio salarial das qualificações: teorias e tematizações**

Neste capítulo procede-se à revisão da literatura e de conceitos relevantes para enquadrar a problemática em causa neste estudo e o modelo de análise nele desenvolvido.

### **1.1 As qualificações num mercado de trabalho em recomposição**

No início da década de 60, Portugal apresentava claras diferenças dentro da própria sociedade. O país caracterizava-se por uma sociedade dualista, em que o setor agrícola tradicional estagnou economicamente, em comparação com a indústria que se encontrava em gradual expansão (Nunes, 1964).

Segundo este autor, Portugal era composto por uma dualidade entre dois grupos populacionais. Por um lado, havia um grupo de pessoas com pouca escolaridade, com uma elevada percentagem de analfabetismo, com menor possibilidade de acesso a determinados bens e recursos (educação, saúde, informação...), associado a trabalhos no setor agrícola e que se encontrava distribuído por quase todo o território nacional. Por outro lado, existia simultaneamente um grupo mais escolarizado, delimitado às zonas urbanas, com acesso aos bens e recursos anteriormente referidos, associado ao trabalho nos setores industrial e terciário. A dualidade que caracterizava o território português distanciava os padrões sociais, estimulava ao crescimento de uma sociedade com discrepância de grupos e classes e dificultava a coesão da população (Nunes, 1964).

Nas últimas décadas, Portugal continua a apresentar um atraso no perfil escolar da sua população, apresentando um elevado *gap* escolar intergeracional, dado que existe um grupo etário, mais jovem com elevadas qualificações que se opõe, a um grupo etário adulto com baixos níveis de qualificação, no seio do qual a maioria não foi além do ensino básico (FJN, 2021).

Portugal caracteriza-se por fluxos ascendentes de mobilidade social (Ramos, 2014). Esta, através da educação é vista pela população como um elevador social e económico. Segundo este relatório, a perspetiva da mobilidade ascendente traz benefícios a nível da qualidade da vida e do bem-estar dos indivíduos. Caso contrário, traz consequências a nível económico e social, como por exemplo prejudica o crescimento económico e o desenvolvimento de talentos inseridos nas empresas (OCDE, 2018).

Com as transformações que ocorreram na sociedade portuguesa, o setor dos serviços foi o que registou maior crescimento, ao contrário dos setores primário e secundário, que perderam o peso que até aí detinham (Cantante, 2018). Com o desenvolvimento e reorganização a nível socioprofissional, houve também o aumento do peso de determinadas ocupações profissionais mais qualificadas que obtiveram a maior taxa de crescimento, como “Professores”, “Especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa, relações públicas e comerciais”, “Profissionais de saúde”, “Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas afins” e “Especialistas em tecnologias de informação e comunicação. Outras ocupações com um elevado crescimento de emprego são “Trabalhadores dos serviços pessoais”, “Empregados de escritório e secretários” “Vendedores”, e, principalmente, dos “Trabalhadores dos cuidados pessoais” (TIC)” (FJN, 2021).

Se em 1998, 80% da população empregada tinha baixas qualificações escolares, nas duas últimas décadas, Portugal registou um aumento exponencial dos níveis de qualificação da população ativa, nomeadamente na geração mais jovem (25-34 anos), houve um aumento dos níveis de escolaridade da população jovem que concluiu o secundário (37,9%) e superior (42%) (FJN, 2021, p.11 e 12). Apesar da recomposição da estrutura social portuguesa que caracterizou as últimas décadas e de os níveis médios de escolarização terem aumentado, Portugal ainda não conseguiu definir-se como sociedade do conhecimento (Cantante, 2019).

Em 2020, cerca de 82% das mulheres entre os 25 e os 34 anos completaram o ensino secundário, sendo que, no que concerne ao sexo masculino, esse valor é 6 pontos percentuais mais baixo (76%). Quanto ao ensino superior, cerca de 50% das mulheres entre os 25 e os 34 anos tinha completado um curso superior, sendo o valor para os homens de 34,6% (FJN, 2021, p.14).

Os trabalhadores com um perfil qualificacional mais baixo estão associados ao setor primário e a atividades rotineiras e manuais, assim como às atividades menos qualificadas dos serviços (serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores). Os indivíduos com o ensino secundário e pós-secundário assumem funções de técnicos de nível intermédio e atividades administrativas e os especialistas das atividades intelectuais e científicas possuem na sua maioria habilitações de nível superior (Cantante, 2018).

Entre 2008 e 2018, verificou-se em Portugal uma alteração da estrutura dos setores de atividade, nomeadamente, a expansão do setor terciário, com o aumento das atividades ligadas ao alojamento e à área da restauração, das atividades administrativas e dos serviços de apoio, das atividades de saúde humana e de apoio social, e também da atividade imobiliária. Este crescimento tão generalizado do setor terciário contribuiu para o aumento do emprego no país. Neste momento, existem dois setores que são os grandes empregadores: a indústria transformadora e o comércio (31%), sendo que o tecido empresarial português é essencialmente composto por microempresas. É de notar que houve um grande desenvolvimento do turismo, que levou a um aumento do emprego, nas empresas ligadas à atividade hoteleira, da restauração e da diversão, mas também em atividades subjacentes a esse setor como a atividade administrativa e de serviços de apoio, acompanhado pelo aumento da procura de imóveis para o lazer e turismo. No entanto, o turismo é um dos setores que recorre ao emprego atípico sazonal, caracterizando-se por relações de emprego pautadas pela precariedade contratual e pelo aumento de formas de precarização, com base no trabalho isolado e autoemprego e com maior prevalência de contratos a termo e do salário mínimo (Caldas, Silva & Cantante, 2020).

## **1.2 O prémio das qualificações e as desigualdades**

As desigualdades sociais são definidas como “diferenças sistemáticas e persistentes de acesso a bens, recursos e oportunidades, que se estabelecem entre pessoas, grupos sociais ou mesmo populações inteiras”. Estas diferenças de acesso a bens ou oportunidades são consideradas sistemáticas e perseverantes e estão presentes independentemente do talento, do tempo dedicado ao estudo ou das capacidades cognitivas do indivíduo, podendo ser influenciadas pelo género, perfil social e étnico (Machado, 2015, p.2).

As desigualdades têm estado no centro do debate científico de várias organizações nacionais e internacionais, dado que influenciam e determinam o acesso a oportunidades, à obtenção de recursos e a trajetórias de vida. Portugal caracteriza-se por um conjunto de desigualdades sistémicas, que tendem a cruzar-se e a potenciar-se reciprocamente (Cantante, 2019).

De acordo com Cantante (2019, p.13), a desigualdade é uma “construção histórica” e “política” e está relacionada com as diferenças de oportunidades, recursos e estatutos entre indivíduos e grupos sociais. As desigualdades presentes no mercado laboral funcionam em sistema, condicionam o acesso da população a determinadas oportunidades e conseqüentemente condicionam também a obtenção dos recursos, como o acesso à saúde, educação, cultura e política, assim como as próprias trajetórias de vida dos indivíduos.

Segundo Goran Therborn (2006), estamos perante uma sociedade composta por uma “pluralidade de desigualdades”. Este autor considera que existem três tipos de desigualdades: as “desigualdades vitais”, associadas à saúde, vida, e morte, as “desigualdades existenciais”, associadas ao reconhecimento dos indivíduos, às restrições de liberdade, às discriminações, estigmatizações e humilhações e, por último, as “desigualdades de recursos”. Este último tipo de desigualdades, tem levado a um maior debate científico no acesso da população a determinados recursos, mas também, e talvez sobretudo, à sua (re)distribuição. Têm sido analisadas as dimensões das desigualdades de rendimentos e de riqueza, de escolaridade e de qualificação profissional, de posição hierárquica nas organizações e de acesso a redes sociais. Este autor, afirma que as desigualdades não são restritas a um determinado setor de atividade, nem a determinados recursos (Therborn, 2006, como citado em Costa, 2012, p.12).

De acordo com Bihl e Pfefferkorn (2008), as desigualdades tem uma natureza sistémica e cumulativa, reproduzem-se geracionalmente, o que faz com que as desigualdades económicas, educativas e de saúde, entre outras, interajam entre si (Bihl e Pfefferkorn, 2008 como citado em Cantante, 2019). As interseções entre as desigualdades, por vezes fortalecem-se e articulam-se entre as várias dimensões e tendem a acumular-se e reproduzir-se, formando um sistema de desigualdades (Tilly, 2005; Therborn, 2006 e Massey 2007, como citado em Costa, 2012).

Cantante (2018), destaca que Portugal se caracteriza pela presença de grandes desigualdades. O próprio mercado de trabalho rege-se por regras que contribuem para a persistência das desigualdades, uma vez que estas se intercetam e passam de geração em geração. O contexto económico, cultural, educacional e o género dos indivíduos são os principais criadores das desigualdades sociais, preliminares ao mercado de trabalho. Este recebe-as e, em muitos casos, prolonga ou enfatiza mesmo essas desigualdades. O mercado de trabalho, para além de recetor de desigualdades é um pólo central de geração de desigualdades propriamente laborais – por exemplo, desigualdades de condições de trabalho, de tipo de contrato, de salário ou de oportunidades de inserção profissional (Cantante, 2018).

Este autor considera, no entanto, que o mercado de trabalho pode contribuir para a diminuição das desigualdades, através da formação profissional, salário mínimo ou da contratação coletiva (Cantante, 2018).

A desigualdade económica é considerada uma das mais persistentes em Portugal (Carmo & Cantante, 2015). Está associada à capacidade que cada pessoa tem em conseguir obter determinados recursos através dos seus rendimentos, nomeadamente através do salário, como a saúde e a educação, que influenciará as condições de vida e as oportunidades de trabalho (Cantante, 2018). Embora não seja a única componente do rendimento, o salário é a que tem um peso mais significativo na generalidade dos países desenvolvidos. A persistência das desigualdades económicas não pode, portanto, ser compreendida sem ter em consideração os fatores que contribuem para as assimetrias salariais.

Segundo o relatório *Employment Outlook* da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2019), entre 2006 e 2016, a média do prémio salarial para o ensino superior face ao ensino secundário diminuiu em 3,3 pontos percentuais num universo de 21 países da organização. Apenas em cinco países foram registadas diminuições de pelo menos 10 pontos percentuais e Portugal foi aquele em que se verificou a maior redução (22,8 p.p.), seguido pela Hungria (20,8 p.p.), a Eslovénia (17,9 p.p.), o Chile (16,2 p.p.) e a Polónia (15,6 p.p.). Segundo este relatório, a polarização do trabalho é responsável pelo declínio de 40% da média do prémio salarial, dado que contribuiu negativamente para a heterogeneidade entre os salários, porque aumenta o número de trabalhadores especializados, com qualificações superiores e os trabalhadores pouco qualificados com salários mais baixos, enquanto que as ocupações e os salários de qualificações intermédias reduzem. O prémio salarial manteve-se estável para empregos com elevadas qualificações e aumentou para os de qualificações baixas e intermédias. Os indivíduos com qualificações de nível superior continuam em vantagem, comum a todos os países da OCDE, no entanto o prémio salarial para esse nível de escolarização diminuiu (OCDE, 2019).

Segundo o relatório da *Education at a Glance* (OCDE, 2021), em média nos países da OCDE, os adultos mais jovens, detentores de um curso superior a trabalhar a tempo integral ganham mais 38% do que os jovens adultos que apenas concluíram o ensino secundário. Em 2020, 49% das mulheres entre os 25 e os 34 anos detinham um diploma de ensino superior, contra 35% do género masculino (OCDE, 2021).

O relatório *Global Wage Report*, centrado no estudo das desigualdades salariais entre géneros, demonstra que os retornos da educação escolar são claramente mais baixos para as mulheres do que para os homens, sendo que existem países com diferenças mais acentuadas do que outros – Portugal é um dos que apresenta níveis mais elevados de desigualdade salarial entre homens e mulheres (OIT, 2018).

Segundo o estudo de Martins (2021), acerca da equidade intergeracional, as pessoas, a escolarização, os empregadores, os salários, os contratos de trabalho, a estabilidade laboral, as recessões e as prestações sociais são fatores fundamentais na compreensão da equidade entre diferentes gerações. O aumento do nível de escolarização da geração nascida nos anos 70, 80 e 90 do século passado deve-se ao alargamento do leque da oferta educativa disponibilizada e às sucessivas alterações dos anos de escolaridade obrigatória. Para além disso, o aumento do prémio salarial associada à maior escolarização das gerações mais jovens pode ser equiparada à antiguidade e à experiência das gerações mais antigas. O contributo de maiores níveis educacionais para o prémio salarial é maior para trabalhadores mais antigos, do que para os que nasceram nos anos 80 e 90. Para este autor, uma das vantagens de maiores níveis educacionais, nomeadamente para as gerações mais jovens, é contribuir para o aumento da probabilidade de obter emprego, no caso dos que ainda não se encontram no mercado de trabalho, e aumentar o salário para os que já se encontram no ativo (Martins, 2021).

Martins (2021) destaca ainda que esta iniquidade geracional pode ser fruto de práticas de coordenação e poder do mercado laboral (monopsónio) entre empregadores, do maior peso negocial da mobilidade entre empresas por parte das gerações mais antigas, da menor valorização que os jovens dão aos contratos permanentes, do desconhecimento da legislação laboral ou da preferência destes por integrar equipas de empresas mais jovens mas também mais vulneráveis no mercado de trabalho, que recorrem em grande percentagem a contratos de trabalho mais flexíveis.

Segundo Marques, Suleman e Guimarães (2021), os jovens encontram-se mais expostos a situações precárias e de instabilidade no mercado de trabalho, face à restante população ativa. Atualmente, o grupo etário mais jovem apresenta, na sua maioria, habilitações escolares de nível superior. Perante situações de desemprego, os jovens com cursos superiores têm menos probabilidade de ficar desempregados. Contudo, existem áreas em que as taxas de desemprego são maiores, nomeadamente como o jornalismo, a informação, a gestão e administração, o direito e as ciências sociais. Embora a geração jovem esteja menos exposta ao desemprego de longa duração e tenha maior facilidade de encontrar um trabalho, num momento de crise, os jovens chegam a representar cerca do dobro dos desempregados de toda a população ativa. A taxa de emprego da geração jovem é superior à taxa de desemprego, “2,5 vezes em 2013 e 2,7 em 2018”. Também a percentagem de NEETs jovens (15 aos 29 anos) em Portugal é inferior à da União Europeia (Marques, Suleman & Guimarães, 2021, pg.4).

Segundo o estudo destes autores, até 2010-2011, os jovens com o ensino básico e intermédio eram os menos expostos a situações de desemprego. A partir do ano de 2012, a situação inverteu-se e passaram a ser os jovens com ensino superior os menos vulneráveis a situações de desemprego. No entanto, perante uma situação de emprego os jovens continuam associados à flexibilidade do mercado de trabalho e a empregos atípicos (contratos a termo, contratos a tempo parcial ou subemprego). Para além disso, as diferenças salariais entre o grupo etário jovem e o resto da população ativa são expressivas e os mais jovens têm uma maior probabilidade de auferirem uma remuneração ao nível do salário mínimo nacional (Marques, Suleman & Guimarães, 2021).

Existem diversas perspetivas teóricas que contribuem para os estudos sobre os fatores explicativos da desigualdade salarial. Gary Becker (1964) e Jacob Mincer (1974) foram pioneiros nas perspetivas de análise das desigualdades salariais no mercado de trabalho. Ambos os autores defendem que diferenças salariais entre trabalhadores podem ser explicadas pelas suas características individuais.

Segundo Becker (1964), teoria do Capital Humano, o prémio salarial está diretamente associado ao investimento feito pelos indivíduos a nível da educação e da formação. Para este autor, a educação é um investimento que permite ao indivíduo a aquisição de mais conhecimento e, conseqüentemente, uma maior produtividade e salário superior. Assim sendo, segundo esta perspectiva, a educação adquire um papel fundamental na determinação dos prémios salariais. Também Mincer (1974) apresentou uma perspectiva que permite calcular o impacto da escolaridade e da qualidade de ensino nos salários para trabalhadores com características homogéneas, medido através dos anos de educação. Este autor propôs a equação salário em que considera que os salários obtidos pelos indivíduos resultam exclusivamente do investimento que estes fizeram em educação, ou seja, quanto maior o nível de educação, maior o prémio salarial.

Segundo Pedro Lains et al. (2012), a desigualdade salarial diminuiu entre os trabalhadores qualificados e os não qualificados entre 1960 e 1984, conseqüência da abertura da economia nacional à economia internacional e da contínua emigração da população, que levou a uma menor quantidade de mão de obra não qualificada disponível no país. Para estes autores, estes fenómenos levaram a uma maior valorização remuneratória e procura de mão-de-obra não qualificada. Nos anos 80 e no início dos anos 90, deu-se em Portugal um elevado desenvolvimento tecnológico, que contribuiu para uma maior desigualdade salarial, dado que as qualificações da população não acompanharam o desenvolvimento tecnológico e acentuou-se o desigual prémio salarial (Pedro Lains et al., 2012, como citado em Cantante, 2019). Machado e Mata (2005) analisaram a distribuição dos salários em Portugal entre os anos de 1986 e 1995 e concluíram que a educação está no centro do aumento das desigualdades salariais.

Centeno e Novo (2009), referem que entre 1982 e 1995 existiu uma flutuação na oferta de trabalhadores licenciados. A disponibilidade de trabalhadores com ensino superior era baixa, contrariamente ao que ocorre após 1995. Até 1995, a desigualdade foi mais elevada no topo da distribuição. Após 1995 observou-se um aumento da oferta da mão-de-obra qualificada enquanto a procura se manteve constante, pelo que, o prémio salarial das qualificações superiores diminuiu. A procura de trabalhadores licenciados manteve-se elevada em todo o período, pois foi um período de integração económica com a União Europeia e, posteriormente, com a globalização e a introdução de novas tecnologias. Segundo estes autores, perante esta situação são os adultos mais jovens os que mais sentem os efeitos secundários da redução do prémio salarial, como também é neste grupo que existe uma menor dispersão salarial entre os jovens qualificados e os que não são qualificados, enfatizando a importância das habilitações escolares.

Segundo o estudo realizado por Rodrigues, Figueira e Junqueira (2012), no qual foi analisada a base de dados dos Quadros de Pessoal desde o ano de 1985 até ao ano de 2009, com o intuito de aprofundarem o estudo sobre as características da desigualdade salarial em Portugal, os autores centraram a análise na evolução do ganho mensal circunscrita aos trabalhadores portugueses por conta de outrem. Estes autores, recorreram a vários índices para medir a desigualdade, sendo o mais conhecido e mais utilizado na avaliação da desigualdade, o Índice de Gini. Estes autores, afirmam que Portugal sofreu um agravamento da desigualdade salarial, registando em 2005 (0,31 p.p.). Estes autores apresentam também, uma análise através de outro indicador de desigualdade, o rácio, S95/S05, S90/S10 e do S80/20 e constataam que 5% dos indivíduos mais ricos ganham mais 14,4 vezes, face aos 5% dos mais pobres.

Rodrigues, Figueira e Junqueira (2012), destacam a importância das qualificações na explicação da desigualdade salarial em Portugal, as quais, explicam 49,6% da desigualdade total em 2009, seguida da profissão (42,6%), do grupo etário (5,8%), do género (3,6%) e do setor de atividade (1,5%). Os autores chegam à conclusão de que em quase todos os grupos considerados, as diferenças são maiores dentro do grupo, do que entre os grupos da população, as qualificações e as profissões os principais determinantes das diferenças salariais. Os níveis da remuneração aumentam à medida que o grupo etário também aumenta. Em 2009, foi o grupo etário dos 65 anos que mais auferiu a média mais elevada. Para estes autores, esta situação é natural, dado que os mais jovens se encontram no início da sua carreira e contam com pouca experiência profissional, estando assim expostos a maiores situações de precariedade e de vulnerabilidade quando comparados com os mais idosos (Rodrigues, Figueira & Junqueira 2012).

No seu estudo mais recente (2016), estes autores destacam que as desigualdades associadas ao prémio salarial das qualificações em Portugal continuam a ser das mais elevadas no contexto europeu, dado que existe uma enorme assimetria nos níveis de escolaridade. Atualmente, os jovens com baixas qualificações em Portugal ainda têm um peso relativamente elevado, face ao verificado em outros países europeus. A relação dos ganhos entre o grupo etário de ganho médio mais elevado (55-64) e do grupo mais jovem (até aos 25 anos) aumentou significativamente entre 2009 e 2014, passando de 1,5 vezes para 2,1 vezes, respetivamente. Existe uma correlação entre o ganho médio e o nível de escolarização. Quando o indivíduo possui instrução de nível superior, o seu ganho médio é 50% maior do que o dos que concluíram o ensino secundário. Quanto ao género, acentuou-se um agravamento das diferenças salariais entre homens e mulheres no período 2009-2014, já que o ganho médio equivalente das mulheres representava, em 2009, 84% do auferido pelos homens, tendo essa proporção descido para 77%, em 2014. As mulheres tornam-se mais suscetíveis à redução do prémio salarial associado às qualificações. Quanto aos setores de atividade, estes autores concluíram que o setor da indústria foi o único que subiu o ganho médio real entre o período de análise (3,3%) comparativamente com os sectores da construção e dos serviços, cujo ganho médio desceu mais de 10%, o primeiro devido à crise no setor da construção e o segundo devido ao decréscimo do ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem com níveis de escolaridade mais elevados (Rodrigues, Figueira & Junqueira, 2016).

Segundo os dados apresentados entre o ano de 2009 e 2014, as qualificações continuam a ser destacadas como fator determinante na explicação da diferença salarial (31%), seguidas pelo setor de atividade que aumentou o seu peso explicativo de 1,5% para 6% (Rodrigues, Figueira & Junqueira, 2016).

D'Uva e Fernandes (2017), realizaram um estudo acerca da mobilidade social em Portugal. Com este estudo, concluíram que as diferenças ocorrem sobretudo por nível de escolaridade e género, mais do que por idade, uma vez que não existe um padrão consistente entre grupos etários. No entanto, existe uma maior probabilidade de os mais novos se deslocarem para um decil inferior do que para um superior. Os autores referem que, ao longo dos anos, houve uma maior degradação das condições económicas dos mais novos do que dos mais velhos. No que concerne ao fator género, apresentam níveis de mobilidade idênticos entre o género feminino e masculino, apesar de não ser um padrão linear, mas uma ligeira mobilidade superior para as mulheres. A mobilidade tem vindo a diminuir desde 2003, segundo as autoras, devido ao aumento da escolaridade da população.

Estas autoras ainda destacam que o crescimento salarial manteve-se em média sempre positivo. No entanto, nos últimos anos, houve uma tendência decrescente. No caso de um indivíduo entre os 25 e os 36 anos, o salário aumenta de um ano para o outro em relação ao de um indivíduo mais velho, o que é de esperar no início de carreira. Ao longo do período em análise, houve melhoria mais generalizada da posição dos mais jovens no mundo laboral. Contudo, não há uma clara influência do nível de escolaridade no crescimento do salário de um mesmo indivíduo de um ano para o outro ou num período de três anos (D'Uva & Fernandes, 2017).

Segundo o estudo realizado por Figueiredo et al. (2017), centrado numa análise dos benefícios do Ensino Superior no período entre 2006 e 2015, através do prémio salarial dos diplomados, de uma forma geral, há uma quebra dos salários jovens com qualificações superiores e uma desvalorização das licenciaturas. Em 2015, um indivíduo com grau de mestre ganhava um salário-hora bruto, cerca de 82% maior do que o de um diplomado do ensino secundário com o mesmo número de anos de experiência e o mesmo regime de tempo de trabalho, enquanto o doutorado mais do dobro, com um prémio na ordem dos 120%, no setor privado. Este estudo comprova que em Portugal há benefícios salariais associados ao nível de formação. No entanto, a diferença entre os prémios salariais auferidos pelos licenciados em 2015 é bastante menor do que em 2006. Os autores consideram que o aumento da frequência do segundo ciclo do ensino superior é acompanhado pela manutenção dos prémios salariais em níveis mais altos. As desigualdades são fruto das escolhas de áreas de ensino e da discriminação que é feita entre homens e mulheres no mercado laboral. De acordo com estes autores, a formação escolar de nível superior confere vantagens estáveis no mercado de trabalho, mas também é essencial a motivação para enfrentar este ambiente competitivo.

A situação em que os indivíduos se encontram no mercado de trabalho não se deve apenas às qualificações, mas também a um conjunto de fatores económicos, sociais, culturais e demográficos que influenciam e determinam cada situação (Parente et al., 2011). Não podemos analisar as desigualdades salariais, sem abordar a variável género.

O papel da mulher no mercado de trabalho tem vindo a sofrer alterações ao longo dos anos. Inicialmente, a maioria das mulheres dedicava-se somente ao trabalho doméstico e à família. Mais tarde, e com o passar dos anos, a mulher conseguiu alterar esta tendência e aumentou a participação no mundo laboral (Cardoso, Guimarães & Portugal, 2013). Portugal é ainda caracterizado por desigualdades de género, que se manifestam nas oportunidades, nas condições de emprego e ao nível das remunerações (Cantante, 2014).

No seu estudo centrado nas desigualdades de género ao longo da vida, Torres et al. (2018), destacam que é possível identificar diferenças de género relativamente aos ganhos médios dos indivíduos do sexo masculino e feminino. Os homens ganham por norma mais do que as mulheres, com diferenças que chegam a ultrapassar os seiscentos euros brutos mensais a nível de cargos de topo, representantes do poder e de dirigentes e gestores, e cerca de duzentos euros no caso de artífices e trabalhadores qualificados da indústria e da construção (Torres et al., 2018).

Quanto ao *gap* salarial, estes autores referem que nas profissões com níveis de qualificações superiores a diferença é cerca de 1300 euros e em profissões menos qualificadas de 300 euros. Estas diferenças exprimem a permanência de fortes desigualdades de género que penalizam as mulheres. Em Portugal, os salários são muito baixos comparados com os dos restantes países da Europa. A disparidade salarial é uma realidade no continente europeu e implica desigualdades estruturais por parte das mulheres no acesso a determinados recursos, havendo uma maior percentagem de homens a alcançar funções bem remuneradas e empregos pouco qualificados (Torres et al., 2018).

Com base no estudo sobre as desigualdades salariais por género, de Cardoso, Guimarães e Portugal (2013), um quinto das desigualdades salariais entre homens e mulheres deve-se à segregação dos trabalhadores nas organizações. Para estes autores, existe um efeito de “teto de vidro”, conceito usado para descrever uma barreira discriminatória que impede o avanço das mulheres qualificadas quando ocupam um trabalho de nível intermédio. Segundo Cardoso et al. (2016), a afetação dos trabalhadores às empresas e categorias profissionais é influenciada pelo género. Os autores afirmam que, se os trabalhadores fossem distribuídos nas funções de forma aleatória, a desigualdade salarial reduzia em 4,3 pontos percentuais.

Existem diversas áreas que tendem a concentrar um elevado número de mulheres ou de homens, trata-se de segregação horizontal. As mulheres tendem a integrar profissões que socialmente estão associadas ao sexo feminino. Em 2019, as mulheres dedicavam-se a áreas como ‘Saúde e Proteção Social’ e ‘Educação’, mas também ‘Ciências Sociais, Informação e Jornalismo’, ‘Artes e Humanidades’, ‘Ciências Empresariais e Direito’. Por outro lado, as áreas da ‘Engenharia, Indústria Transformadora e Construção’, são ainda dominadas pelo sexo masculino (FJN, 2021).

A diferença salarial entre homens e mulheres é maior nos níveis de qualificação mais elevados e menor nos níveis de escolaridade mais baixos. A propagação de padrões de segregação horizontal e vertical no mercado de trabalho contribui de modo determinante para a persistência das assimetrias remuneratórias entre o género feminino e masculino (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2015).

Tendo como referência os autores mencionados anteriormente, houve uma progressão dos níveis de escolaridade das mulheres e atualmente o mercado é composto por uma elevada participação feminina. Todavia, as mulheres têm sido tratadas de forma desigual ao longo dos anos e durante o seu percurso surgem barreiras que impossibilitam a sua entrada em determinadas profissões e obstáculos à progressão na carreira, bem como a nível dos retornos que estas obtêm no mercado laboral, nomeadamente as persistentes diferenças salariais e o reconhecimento social.

Contudo, repare-se, que não podemos olhar para as qualificações como um fator explicativo isolado da desigualdade salarial. Existem autores que procuram fazê-lo, não só pelo lado das características individuais do trabalhador, como também através do perfil da empresa, nomeadamente o setor de atividade.

Segundo José Reis (2004), as transformações e reestruturações económicas foram acompanhadas pelo desencadeamento de novas áreas, com destaque nas atividades mais intelectuais. Numa sociedade em que a atividade económica é cada vez mais terciarizada e menos agrícola, o setor dos serviços ganhou peso e destacaram-se atividades ligadas às imobiliárias, aos serviços, às empresas, aos bancos e às atividades de distribuição. Parte dessa desigualdade pode ser atribuída a diferenças em tecnologia e à maior complexidade dos postos de trabalho em cada setor de atividade.

### 1.3 Da segmentação à gravidade dos setores

O menor retorno salarial e funcional da educação entre as camadas mais jovens tem encontrado na tese da segmentação do mercado de trabalho um dos pólos explicativos fundamentais, quer a nível nacional, quer internacional.

As conclusões do estudo *Jobs Study*, publicado pela OCDE em meados dos anos 1990 e toda a informação subjacente ao mesmo, foram nas últimas duas décadas, consideradas fundamentais na definição das políticas de emprego em vários países (Teles, 2017). Segundo este estudo, a estagnação do emprego e a segmentação do mercado laboral são explicados, essencialmente, pela rigidez da legislação laboral e pelo elevado peso dos serviços públicos.

As alterações que ocorreram nas políticas de emprego e na proteção do trabalho aumentaram com a crise de 2011 na zona euro. Assim, o trabalho e o custo do mesmo passaram a ser tidos em conta como variáveis de ajustamento. A flexibilização das relações laborais, tal como defendido no *Jobs Study* foi um dos eixos fundamentais da intervenção da Troika em Portugal durante o governo PSD/CDS.

Este relatório contribui para disseminar a perspetiva do “*insider-outsider*”, associada ao conceito de segmentação do mercado laboral, destacando que se deve equilibrar os níveis de proteção no mercado de trabalho entre os *insiders* e *outsiders*, com a elaboração de um “*contrato único de trabalho*”, porque os *insiders* conseguem salários acima do equilíbrio do mercado, estão protegidos pela legislação laboral e pelos sindicatos, e os custos de despedimento destes trabalhadores são elevados. O contrário, acontece com os *outsiders*, que encontram piores condições de trabalho e estão longe dos processos de negociação, mas dispostos a trabalhar perante condições laborais e níveis salariais mais baixos (Lindbeck e Snowden, 2002 como citado em Teles, 2017, p.53).

Centeno e Novo (2012), destacam que o mercado de trabalho em Portugal caracteriza-se pela sua elevada segmentação, isto é, uma linha que separa dois grupos de trabalhadores, os que estão seguros pelas relações laborais estáveis, com melhores remunerações, com níveis de proteção mais elevados e, por outro lado, o grupo dos que não têm essa proteção, que se caracteriza por ter relações laborais atípicas e instáveis, com piores salários, menor estabilidade e segurança, fraca proteção social e maior probabilidade de uma situação de desemprego. Estes autores, afirmam que a rigidez do mercado de trabalho aumenta o desequilíbrio entre os indivíduos que estão protegidos e os que não estão.

Estes autores, consideram que a segmentação que caracteriza o mercado de trabalho impede que haja um equilíbrio do mesmo, desincentiva o investimento em educação e em nova tecnologia e incentiva a emigração como resposta para os indivíduos que procuram retornos adequados ao investimento que fizeram (Observatório sobre Crises e Alternativas, 2018).

Para além da perspectiva da segmentação, que atribui à rigidez da legislação laboral e à proteção do emprego um papel central na explicação do aumento da precariedade e de piores condições de trabalho aos trabalhadores – tipicamente os mais jovens –, existem outras visões que ajudam a enquadrar a evolução dos salários e do retorno das qualificações.

Segundo a análise de José Reis (2004) e de Jordi Guilera (2013), as transformações e reestruturações económicas verificadas nas últimas décadas em Portugal foram acompanhadas pelo avanço de novas áreas dos serviços e da inovação tecnológica, as quais favoreceram uma crescente diferenciação setorial de situações de emprego e de salários.

Guilera (2013), afirma que Portugal é um dos países com maior desigualdade salarial, devido à polarização das qualificações dentro de cada setor de atividade, porque dentro de cada setor encontramos trabalhadores com perfis cada vez mais diferentes.

Por seu lado, Caldas, Silva e Cantante (2020) sublinham a relevância dos setores de atividade económica na compreensão do perfil produtivo e financeiro das empresas, mas também do tipo de emprego gerado. Existem vulnerabilidades produtivas, financeiras e sociolaborais transversais ao conjunto da economia nacional, que são minorados ou exponenciados em alguns setores de atividade. De acordo com os autores, as atividades ligadas ao turismo, responsáveis por uma parte significativa do emprego criado no período entre crises (2013-2019) apresentam vulnerabilidades estruturais evidentes, que fragilizam o tipo de emprego que geram e a amplitude da produtividade que registam.

O estudo que me proponho desenvolver procura seguir esta perspectiva de análise, nomeadamente a gravidade que as atividades económicas, com as suas potencialidades e vulnerabilidades, exercem na definição dos níveis salariais dos trabalhadores qualificados. Por oposição às teorias da segmentação, que explicam os desequilíbrios, as ineficiências e as desigualdades tendo como referência a rigidez/flexibilidade das instituições do mercado de trabalho, este estudo procura analisar até que ponto algumas destas questões podem ser compreendidas e/ou problematizadas tendo como referência o efeito mediador dos setores de atividade. Em particular, procura-se estudar os efeitos das qualificações no prémio salarial dos jovens a partir da análise das variações setoriais registadas – e não tendo como base uma explicação institucionalista supraeconómica, segundo a qual os mais jovens são prejudicados do ponto de vista da segurança contratual e remuneratório devido à alegada rigidez do mercado de trabalho português.

## Modelo de análise, hipóteses de investigação e metodologia

Apresenta-se neste ponto o modelo de análise em que se baseia a análise empírica, as hipóteses de investigação e a metodologia utilizada.

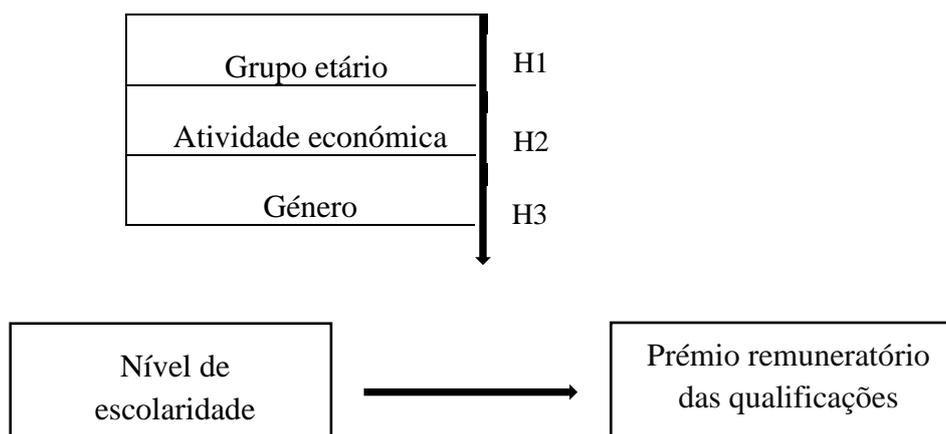


Figura 1. Modelo conceptual proposto

### 2.1 Modelo de análise e hipóteses de investigação

Nesta investigação utilizam-se variáveis caracterizadoras dos dois lados do mercado de trabalho: variáveis caracterizadoras do trabalhador – oferta (género, idade, habilitações literárias) – e as variáveis caracterizadoras da empresa – procura (atividade económica).

Com base no modelo conceptual proposto nesta investigação e com o intuito de dar resposta ao problema formulado, acerca do peso dos recursos escolares na definição do nível remuneratório dos trabalhadores, nomeadamente no grupo dos trabalhadores mais jovens. Para tal, num primeiro momento, avançar-se-á numa análise geral sobre a evolução do prémio das qualificações de nível superior da população empregada e da evolução do prémio das qualificações nos mais jovens e entre os mais jovens e posteriormente nos mais velhos e entre os mais velhos.

Num segundo momento, proceder-se-á à análise do ganho salarial médio dos jovens que concluíram o ensino superior, por atividade económica (considerando o ganho médio total dos jovens que concluíram o ensino superior igual a 100), isto para o ano de 1999, 2010 e 2019.

Por último, o enfoque incidirá sobre o prémio das qualificações de nível superior para os trabalhadores mais velhos (50 ou mais anos), sobre variações do ganho por atividade económica, se estas são mais intensas/menores nos mais velhos face ao verificado entre os mais novos e se existem semelhanças entre o ganho setorial dos jovens e dos mais velhos, e analisar-se-á até que ponto a variação setorial do ganho é semelhante quando analisamos homens e mulheres que têm ensino superior, ambas centrada apenas no ano de 2019. Tendo este tipo de análise como base, tirar-se-á conclusões e reflexões acerca da relação entre qualificações, gravidade setorial e género.

Para avançarmos da teorização deste estudo à aplicação prática do mesmo, importa agora, transformar os conceitos considerados fulcrais em dimensões e subdividir essas dimensões em indicadores a analisar.

Tabela 1. Dimensões em análise e respetivos indicadores desta investigação

<b>Dimensão de Análise</b>	<b>Indicadores</b>
<b>Perfil dos trabalhadores</b>	-Nível de escolaridade
	-Grupo etário
	-Género
<b>Variável Mediadora</b>	- Atividade económica
<b>Impacto dos recursos na trajetória laboral</b>	-Ganho

Este estudo é norteado por três perguntas de partida fundamentais:

Q1- Qual o impacto das qualificações escolares no ganho salarial dos trabalhadores e como esse impacto tem evoluído? Qual o impacto entre os mais novos e entre os mais velhos?

Q2- Até que ponto o impacto das qualificações escolares é mediado pela atividade económica em que o trabalhador está inserido? E como é que essa realidade evoluiu?

Q3- Esta mediação verifica-se com tanta intensidade nos trabalhadores mais jovens e mais velhos com qualificações superiores? E entre homens e mulheres jovens?

Estas perguntas de partida declinam-se em hipóteses de trabalho. A hipótese "é a precisão de uma relação entre os conceitos" (Quivy, et al. 1995, pag.136). No seguimento da apresentação das dimensões e indicadores em análise, apresentam-se as seguintes hipóteses que se pretende testar:

Tabela 2. Hipóteses de investigação

<b>Hipótese 1</b>	O impacto das qualificações escolares tem vindo a decair nas últimas décadas, sobretudo entre os trabalhadores mais jovens
<b>Hipótese 2</b>	O impacto das qualificações escolares é influenciado pela atividade económica em que o trabalhador está inserido.
<b>Hipótese 3</b>	A mediação setorial do prémio salarial das qualificações é mais intensa entre os trabalhadores mais jovens do que os mais velhos e entre as mulheres do que os homens.

## 2.2 Metodologia e fonte de informação

Tendo em consideração o problema em investigação e o objetivo geral deste estudo, avançou-se para uma pesquisa extensiva-quantitativa (Quivy et al., 1995), a partir de uma análise estatística de microdados oficiais, numa perspetiva sincrónica (enfoque no ano de 2019) e diacrónica (análise da evolução ao longo de um determinado período de tempo).

A operacionalização do estudo foi feita com recurso à base de dados Quadros de Pessoal, nomeadamente aos microdados referentes às bases de dados dos trabalhadores e das empresas. A escolha da base de dados, Quadros de Pessoal, deveu-se às vantagens que lhe estão associadas. Tal como afirmam D`Uva e Fernandes (2017) na sua análise. Os Quadros de Pessoal referem-se ao universo dos trabalhadores do setor privado e dos trabalhadores da administração pública com contratos individuais de trabalho. A recolha periódica e obrigatória desta informação junto das organizações permite obter um elevado número de dados que possibilita um retrato referente ao universo de trabalhadores e empresas.

Estes dados encontram-se disponíveis desde 1985, de forma anónima. (GEP/MTSSS, 2020). A concessão dos dados referentes aos Quadros de Pessoal é atualmente obtida através do preenchimento de um relatório anual pelas organizações, que contém informação sobre a atividade social da empresa – o Relatório Único. Cabe à entidade empregadora preencher o Anexo A, correspondente aos mapas de Quadros de Pessoal, que desta forma dá a conhecer informações como habilitações literárias, remuneração, nacionalidade, tipo de contrato, situação profissional, trabalho suplementar e data de início de funções dos seus trabalhadores. (GEP/MTSS, 2020; Portaria nº55/2010, de 21Janeiro).

O Relatório Único, é preenchido durante o mês de outubro de cada ano e tem, carácter obrigatório para todas as entidades empregadoras que estão abrangidas pelo Código do Trabalho. Os dados disponibilizados pelos mapas de Quadros de Pessoal são referentes ao trabalho privado, não incluindo o emprego público, exceto quando nos referimos aos trabalhadores contratados com contratos individuais de trabalho, abrangidos pelo Código do trabalho (GEP/MTSSS, 2019).

No entanto, antes de se analisar os microdados dos Quadros de Pessoal, recorreu-se previamente a uma pesquisa primária importante, de forma a explorar o tema e as perspetivas para a construção da problemática e obter orientação para estruturar o tipo de análise a realizar (Quivy et al.,1995), neste caso, a leitura de diversos artigos científicos, livros e trabalhos académicos como dissertações e teses de doutoramento.

Para tal, foi inicialmente delineado um conjunto de variáveis e foram necessários alguns tratamentos preliminares, de modo a facilitar a análise, com a codificação e a transformação de variáveis em estudo. Nesta investigação, foram selecionados apenas os trabalhadores por conta de outrem com remuneração base completa e horário de trabalho completo. Nesta análise utilizou-se a variável ganho, constituída pela remuneração base, remuneração extra e pelas prestações regulares. Os grupos etários aqui selecionados são os jovens (até aos 30 anos) e os trabalhadores mais velhos (com 50 ou mais anos). Dito isto, do ponto de vista operativo delimitou-se os jovens, restringindo-se aos trabalhadores até 30 anos que detêm ensino superior, o mesmo procedimento foi adotado para os trabalhadores mais velhos com 50 ou mais anos com ensino superior. Assim como, a análise do impacto das qualificações baseia-se na comparação entre o ganho dos que não foram além do ensino pós-secundário e o ganho dos que concluíram o ensino superior. Para se perceber o impacto setorial na mediação das qualificações utilizou-se um índice (100), que corresponde ao ganho médio dos jovens para o conjunto da economia. Não devem ser claros apenas os dados recolhidos como é fundamental circunscrever o campo da análise empírica no tempo (Quivy et al., 1995).

Para esta investigação, foram selecionados os anos 1999, 2010 e 2019, três momentos fundamentais nas últimas duas décadas. O ano de 1999 caracteriza-se pelo ano anterior ao início do novo milénio e pré-euro. No ano de 2010, um ano após a crise que ocorreu entre 2008-2009 em Portugal, começaram-se a sentir os efeitos da mesma no mercado de trabalho e 2019 por ser o ano mais recente em que são disponibilizados os microdados e analisar e obter a imagem da situação mais atual e por ser um ano de recuperação e anteceder a uma nova crise.

## **Prémio salarial das qualificações e a mediação setorial: análise de resultados**

### **3.1 Caracterização da população**

A presente investigação tem como referência, no ano de 2019, um total de 2 320 838 indivíduos, sendo que 54,5% (1 265 563) são do sexo masculino e 45,5% (1 055 275) do sexo feminino. Quanto à distribuição por grupos etários, a maioria da população em estudo encontra-se no grupo etário dos 31 aos 49 anos, com 53,5% (1 241 744), seguido de 25,1%, dos indivíduos com 50 ou mais anos (583 355) e por fim, 20,9% são jovens com idade até 30 anos (485 839). Quanto à distribuição por atividades económicas, segue na vanguarda “Indústrias Transformadas”, com 500 028 indivíduos (21,5%), “Comércio a grosso e a retalho e reparação de veículos” com 432 424 indivíduos (18,6%), seguido das “Atividades de Saúde humana e apoio social”, 231 297 indivíduos (10 %), enquanto que as atividades económicas que registam um menor número de indivíduos são a “Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória”, com 11 248 indivíduos, a “Indústrias Extrativas”, com 6852 indivíduos e as “Atividades dos Organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais”, com 95 indivíduos.

No ano de 2010, a população é constituída por um total de 2 160 567 pessoas, sendo que 1 207 379 (55,9%) são do sexo masculino e 953 188 (44,1%) do sexo feminino. A maioria da população em estudo encontra-se no grupo etário dos 31 aos 49 anos, com 56 % (1 210 488), seguido de 24,5%, constituído pelo grupo etário jovem (529 648) e 19% dos indivíduos com 50 ou mais anos (410 154). Quanto à distribuição por atividades económicas, os setores que registam mais emprego são as “Indústrias Transformadas”, com 479 006 indivíduos (22,2%), o “Comércio a grosso e a retalho e reparação de veículos” com 434 745 indivíduos (20,1%), a “Construção”, 212 732 (9,8%), enquanto que as atividades económicas que registam um menor número de trabalhadores são a “Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória”, com 10 134 indivíduos, a “Indústria Extrativa” com 8 302 indivíduo e as “Atividades dos Organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais”, com 56 indivíduos.

No ano de 1999, a população é constituída por um total de 2 015 122 trabalhadores por conta de outrem, sendo que 1 183 388 (58,7%) são do sexo masculino e 831 734 (41,3%) do sexo feminino. Tendo em consideração os grupos etários, a maioria da população em estudo encontra-se no grupo dos 31 aos 49 anos, com 46,1% (928 109), seguido de 39,2%, constituído pelo grupo etário jovem (789 503) e 14,8% dos indivíduos com 50 ou mais anos (297 510). Quanto à distribuição por atividades económicas, mais expressivo do ponto de vista do emprego por conta de outrem é o setor das “Indústrias Transformadas”, com 706 760 indivíduos (35,1 %), o “Comércio a grosso e a retalho e reparação de veículos, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico” com 403 322 indivíduos (20 %), seguido das e do “Construção”, 198 905 indivíduos (9 %), enquanto que as atividades económicas que registam um menor número de indivíduos são “Atividades dos Organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais”, com 13 indivíduos, a “Pesca” com 1531 indivíduos e a “Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória”, com 3023 indivíduos.

### **3.2 O cenário das habilitações literárias nas últimas duas décadas: 1999, 2010 e 2019**

No ano de 2019, 45,8% dos indivíduos detinham habilitações literárias de ensino Básico, 30,3% de Ensino Secundário, 0,7% de Ensino Pós-Secundário não Superior de nível IV e 23% de nível Superior. No ano de 2010, 59,7% dos indivíduos detinham habilitações literárias de ensino Básico, 23,1% de Ensino Secundário, 0,4% de Ensino Pós-Secundário não Superior de nível IV e 16,5% de nível Superior. Em 1999, 74,1% da população ativa tinha concluído no máximo o Ensino Básico, 16,9% o Ensino Secundário e 3,4% detinham um nível de ensino superior. Estes dados demonstram que ao longo dos últimos vinte anos, o cenário ao nível das habilitações literárias alterou-se: se até 1999 as habilitações literárias em que a maioria da população detinha era o Ensino Básico, em 2010 verifica-se um aumento das habilitações a nível do ensino secundário e superior e por fim em 2019 o grande peso das habilitações de nível superior. O ensino básico continua a ter uma elevada percentagem da população ativa, devido à sua obrigatoriedade.

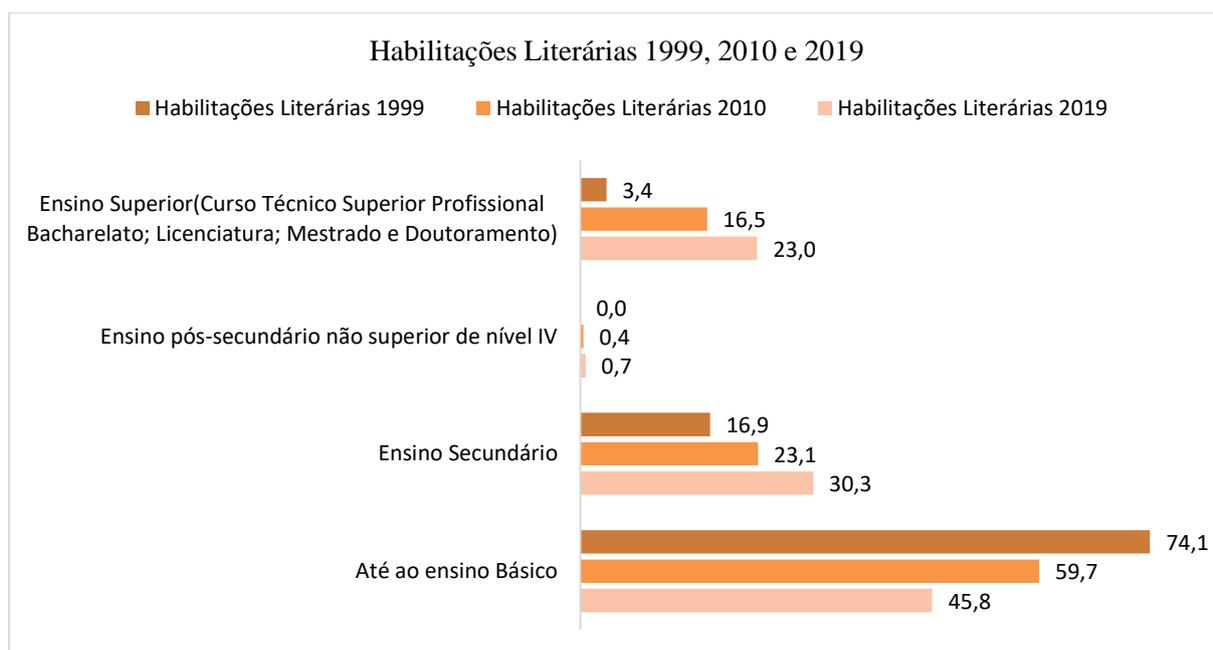


Figura 2. Habilitações escolares dos trabalhadores por conta de outrem do setor privado 1999, 2010 e 2019 (%)

*Figura 2-Habilitações literárias 1999, 2010 e 2019*

*Fonte: Quadros de Pessoal 1999, 2010 e 2019 (GEP/MTSSS).*

*Cálculos próprios a partir dos microdados anonimizados*

### **3.3 O impacto decrescente e diferenciado das qualificações escolares de nível superior**

Nesta análise empírica utilizou-se um índice 100 que corresponde a uma dada categoria (trabalhadores jovens, trabalhadores mais velhos, trabalhadores jovens homens e trabalhadores jovens mulheres com ensino superior) conjunto da economia. Com isto, obtém-se uma unidade de comparação com o ganho de cada atividade económica nos diferentes anos em estudo as tabelas. O índice 100 representa uma igualdade de salários, nas tabelas 3 e 4 corresponde ao ganho médio dos trabalhadores detentores do ensino pós-secundário, face ao ganho médio dos que concluíram o ensino superior. Da figura 3 à 7, o índice 100 corresponde à média do ganho de todas as atividades económicas com qualificações de nível superior.

A Tabela 3, apresenta informação acerca do ganho médio dos trabalhadores que não foram além do ensino pós-secundário e dos que concluíram o ensino superior, bem como dados referentes ao prémio salarial das qualificações escolares de nível superior. A partir dos dados apresentados, é possível perceber que nos três anos em análise o prémio das qualificações superiores diminuiu ao longo dos últimos vinte anos. No ano de 1999 o prémio das qualificações superiores atingiu o valor mais elevado (240%), vindo a diminuir em 2010 (217%) e em 2019 atingido o menor valor com 1,9 vezes superior à média (188%).

Tabela 3. Prémio das qualificações superiores para a população em geral (1999, 2010 e 2019)

Ano em Análise	Habilitações Literárias	Ganho médio (euros)		Prémio das qualificações de nível superior (%) <sup>1</sup>
		Ganho médio dos trabalhadores	N	
2019	Até ao Ensino Pós-Secundário	1002,27	1781144	188
	Ensino Superior	1887,81	533963	
2010	Até ao Ensino Pós-Secundário	900,20	1797693	217
	Ensino Superior	1951,53	356267	
1999	Até ao Ensino Pós-Secundário	629,45	1833010	240
	Ensino Superior	1509,6	68862	

*Fonte: Quadros de Pessoal 1999,2010 e 2019(GEP/MTSSS)  
Cálculos próprios a partir dos microdados anonimizados*

Ainda referente à primeira questão de investigação, a tabela 4, tem informação referente ao ganho médio dos jovens (até aos 30 anos), com Ensino Superior e dos que não foram além do Ensino Pós-Secundário, assim como dos trabalhadores mais velhos (50 ou mais anos) na mesma situação. Apresenta-se a variação do ganho entre o mesmo grupo etário (Jovens com Ensino Superior e dos Jovens que não além do Ensino Pós-Secundário) e dos Mais Velhos (com Ensino Superior e dos que não foram além do Ensino Pós-secundário) e a respetiva diferença salarial. O prémio das qualificações é sempre mais elevado entre os trabalhadores mais velhos do que no grupo dos mais jovens. A diferença no *gap* do prémio entre trabalhadores mais jovens e mais velhos é mais elevada em 2010 (169p.p) do que em 1999 (104p.p.), no entanto, essa diferença diminuiu significativamente entre 2010 e 2019 (129p.p.).

No grupo dos trabalhadores mais jovens, o prémio das qualificações tem vindo a decrescer de forma paulatina no período em análise (redução de 56 p.p. entre 1999 e 2019). Essa redução foi menor no grupo dos mais velhos: 31 p.p. entre 1999 e 2019 - embora entre 1999 e 2010 se tenha verificado um aumento do prémio das qualificações neste grupo etário (30p.p.), contrastando com a redução entre 2010 e 2019 (61 p.p.).

<sup>1</sup> 100% Representa ganhos iguais, ou seja, um prémio salarial igual a zero

O aumento do prémio das qualificações entre 1999 e 2010, dos trabalhadores mais velhos, pode ter-se devido à maior procura de um perfil com maior experiência, e esta procura não terá sido acompanhada pelo lado da oferta disponível. No caso dos mais jovens o prémio das qualificações diminuiu sempre nos períodos em análise, num contexto de forte aumento do número de jovens com qualificações de nível superior.

Tabela 4. Prémio das qualificações superiores por idade e habilitações literárias (1999,2010 e 2019)

Ano em Análise	Grupo etário	Ganho médio (euros)				O prémio das qualificações de nível superior (%) <sup>2</sup>	Diferença de Ganho(euros)
		Ensino Pós-Secundário	N	Ensino Superior	N		
2019	Jovens	868,87	349314	1272,47	134641	146	404
	Mais velhos	1078,57	520646	2965,80	61894	275	1887
2010	Jovens	734,93	418502	1231,06	109105	168	496
	Mais velhos	1039,31	377676	3499,06	31347	337	2460
1999	Jovens	504,72	705842	1019,72	32352	202	527
	Mais velhos	790,84	278942	2425,02	6313	306	1634

Fonte: Quadros de Pessoal 1999,2010 e 2019(GEP/MTSSS)  
Cálculos próprios a partir dos microdados anonimizados

### 3.4 A mediação setorial do prémio salarial das qualificações

A Figura 3, contém informação acerca do prémio das qualificações superiores dos jovens, por setor de atividade, face ao ganho médio total dos jovens trabalhadores com ensino superior (Anexo A). O rácio entre o ganho médio total (1272,47 euros) e o ganho médio de cada setor de atividade, permite apurar a variação setorial do ganho desta categoria de trabalhadores.

<sup>2</sup> 100% Representa ganhos iguais, ou seja, um prémio salarial igual a zero

No ano de 2019, destacam-se positivamente três setores de atividade: o das “Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais” (192%), com um ganho médio de 2441,59 euros, o da “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” (169%), 2155,75 euros, e o das “Indústrias extrativas” (136%), com um ganho médio de 1729,07 euros. Para além destes, outros setores remuneraram a qualificação dos jovens acima da média( 100%), em particular, o setor das “Atividades de informação e de comunicação” (119%), 1515,55 euros, das “Atividades financeiras e de seguros” (118%), com 1497,99 euros, da “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória” (109%), com 1381,11 euros, dos “Transportes e armazenagem” (107%), com 1362,71 euros, e o das “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares”(104%), com 1316,71 euros.

Com isto, verifica-se a predominância de uma parte das atividades terciárias entre as que mais permeiam as qualificações superiores. As restantes atividades económicas tendem a apresentar percentagens relativamente próximas do ganho médio total, sendo que o setor do “Alojamento, restauração e similares”, regista a percentagem mais reduzida: 76%, com um ganho médio de 966,38 euros.



*Figura 3. Ganho salarial médio dos jovens que concluíram o ensino superior, por atividade económica (ganho médio total dos jovens que concluíram o Ensino superior =100)-2019(%)*  
**FORTE:** *Quadros de Pessoal 1999, 2010 e 2019 (GEP/MTSSS).*  
*Cálculos Próprios a partir dos microdados anonimizados*

A Figura 4, segue a mesma linha de análise do gráfico anterior, mas tendo como referência o ano de 2010. Contata-se que o ganho médio é de 1231,06 euros (100%) (Anexo B). Neste ano, destacam-se positivamente os setores da “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” (139%), 1707,82 euros; “Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais” (137%), com 1681,82 euros; “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória” (116%), 1425,47 euros.

O setor do “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas” e a “Construção” apresentam prémios salariais próximos da ganho médio, 1225,90 euros e 1224,88 euros, respetivamente. Tal como observado no ano de 2019, o setor do “Alojamento, restauração e similares”, regista a percentagem mais reduzida (74%), com um ganho médio de 908,44 euros, seguida da “Atividades administrativas e dos serviços de apoio” e da “Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas”, com um ganho de 1021,67 euros (87,2%) e 1039,69 euros (83,1%), respetivamente.



Figura 4. Ganho salarial médio dos jovens que concluíram o ensino superior, por atividade económica (ganho médio total dos jovens que concluíram o Ensino superior = 100) - 2010(%)  
 Fonte: Quadros de Pessoal 1999, 2010 e 2019 (GEP/MTSSS).  
 Cálculos próprios a partir dos microdados anonimizados

No ano de 1999, antes do início de um novo milénio, verifica-se situações semelhantes relativamente ao ano de 2010 e de 2019. Neste ano, os setores que melhor permeiam as qualificações de nível superior, são o dos “Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais” (137%), 1396,63 euros; seguido do setor da “Produção e distribuição de eletricidade, gás e água” (133%), com um prémio salarial de 1354,57 euros e da “Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória” (128%), com 1302,23 euros. Por sua vez, a “Pesca” (82%), 833,83 euros; a “Saúde e ação social” (79%), com 801,56 euros e o “Alojamento e restauração (restaurantes e similares)” (76%), 771,87 euros são as que proporcionam, neste ano, menores prémios salariais (Anexo C).

Em relação aos últimos vinte anos em análise, regista-se a permanência de dois setores na vanguarda da premiação das qualificações superiores: o dos “Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais”, um setor com um peso muito reduzido no emprego, constatando-se um aumento do prémio salarial das qualificações neste setor entre 1999 e 2019 (55 p.p.); e o da “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio”, que entre estes dois anos sofre uma redução no prémio das qualificações superiores (36 p.p.).

Em termos relativos, se em 1999, a terceira atividade económica que mais valorizava as qualificações era a “Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória” (128%) em 2019, a terceira atividade económica que mais premeia a qualificação dos jovens é a da “Indústrias Extrativas” (136%), que apresentou um aumento significativo, face aos 92% de 1999 (aumento de 44p.p.).

Por outro lado, identifica-se uma atividade económica comum nos dois anos em análise, o “Alojamento, restauração e similares”, como a que menos premeia as qualificações superiores, e em vinte anos praticamente se manteve constante (aumentou de 1999 para 2019 0,2 p.p.). Em termos relativos, podemos afirmar que a atividade económica da “Saúde e ação social” e a da “Pesca”, valorizaram o prémio das qualificações superiores de 1999 para 2019. Contrastando com a redução do prémio nas “Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas” e da “Outras atividades e serviços”, tendo em consideração a alteração das terminologias que definem as atividades económicas nos dois anos.



*Figura 5. Ganho salarial médio dos jovens que concluíram o ensino superior, por atividade económica (ganho médio total dos jovens que concluíram o Ensino superior =100)- 1999(%)  
 Fonte: Quadros de Pessoal 1999, 2010 e 2019 (GEP/MTSSS).  
 Cálculos próprios a partir dos microdados anonimizados*

Os dados constantes na Figura 6, referentes ao prémio das qualificações dos indivíduos com 50 ou mais anos que detêm ensino superior, permite perceber que existe uma diferença assinalável entre o ganho salarial dos mais jovens e o dos mais velhos com este nível de ensino. O ganho médio deste grupo etário era, em 2019, de 2965, 80 euros (Anexo D). Os setores de atividade que melhor premeiam as qualificações nesta faixa etária são o da “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” (163%), 4828,11 euros; “Indústria Extrativa” (154%), com 4566,68 euros e “Transportes e Armazenagem”, (138%), com um ganho médio de 4098,34 euros.

Deste modo, verifica-se que existem duas atividades económicas que valorizam as qualificações superiores ao longo do percurso profissional dos trabalhadores, isto é, tanto dos trabalhadores mais jovens que estão no início da carreira, como dos mais velhos na progressão de carreira. São elas, a “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” e a “Indústria Extrativa”. Em geral, o prémio das qualificações escolares tende a intensificar-se nos grupos etários mais velhos, o que parece indicar que a valorização comparativa das qualificações em certos setores de atividade no início do trajeto laboral é acompanhada pela existência de possibilidades de progressão ao longo da carreira.

Pelo contrário, volta-se a verificar um ponto comum nestes grupos etários: a atividade económica que mais subvaloriza as qualificações, seja no início, seja ou ao longo do percurso profissional, é a do “Alojamento, restauração e similares”, que regista uma redução junto do grupo etário mais velhos (11 p.p.). Em termos relativos, os trabalhadores qualificados mais velhos deste setor estão numa situação ainda pior face à dos seus homólogos mais jovens, o que se deve à pouca margem de progressão salarial- mesmo entre trabalhadores com elevadas qualificações escolares.



*Figura 6. Ganho salarial dos mais velhos que concluíram o ensino superior, por atividade económica (ganho médio total dos jovens que concluíram o Ensino superior = 100) - 2019 (%)*

*Fonte: Quadros de Pessoal 1999, 2010 e 2019 (GEP/MTSSS).*

*Cálculos próprios a partir dos microdados anonimizados*

A Figura 7, centra-se no prémio das qualificações dos jovens com ensino superior em 2019, tendo em consideração a atividade económica e o género. O ganho total dos jovens do género masculino é de 1398,82 euros e o dos jovens do género feminino é de 1186,64 euros, ou seja, uma diferença salarial de 212,18 euros (Anexo F). Os setores que melhor premeiam as qualificações superiores das mulheres são a “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” (174%), com 2060,78 euros; “Indústria Extrativa” (152%), com 1798,13 euros e “Atividades Financeiras e de Seguros”, (121 %), com um prémio salarial de 1430,28 euros. Contrariamente, os setores do “Alojamento, restauração e similares” (79%), proporcionam um salário de 941,74 euros; o “Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas” (85%), com 1007,14 euros e “Outras atividades de serviços” (87%), com 1040,78 euros.

No caso dos jovens do género masculino, são os setores da “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” (158%), com 2215,42 euros; “Indústria Extrativa” (121%), com 1688,85 euros e “Transportes e Armazenagem”, (114 %), com um prémio salarial de 1595,30 euros que mais valorizam as habilitações de nível superior. Também no caso desta categoria, os setores que remuneram pior as qualificações são: o “Alojamento, restauração e similares” (72%), ganho de 1009,81 euros; as “Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas” (80%), com 1119,87 euros e as “Outras atividades de serviços” (82%), com 1142,10 euros.

De uma forma geral, a variação setorial do ganho é semelhante entre homens e mulheres jovens. Mas esse prémio relativo, que tem como base o ganho médio total, tende a ser mais intenso entre as mulheres (embora em termos absolutos os jovens do sexo masculino auferiam remunerações mais elevadas em quase todos os setores do que as mulheres). As exceções são o setor dos “Transportes e Armazenagem” e o da “Administração pública e defesa; segurança social”.

Figura 7. Ganho salarial médio dos jovens que concluíram o ensino superior, por atividade económica e género - 2019 (%)



Figura 7. Ganho salarial dos jovens que concluíram o ensino superior, por atividade económica e género (ganho médio total dos jovens que concluíram o Ensino superior = 100-2019(%))  
 Fonte: Quadros de Pessoal 1999, 2010 e 2019 (GEP/MTSSS).  
 Cálculos próprios a partir dos microdados anonimizados

## **Conclusão:**

### **as atividades económicas importam**

Esta investigação procurou analisar o impacto dos recursos escolares na definição do nível remuneratório dos trabalhadores, a variação desse efeito ao longo dos anos e apurar quais as variáveis que exercem a esse nível um papel estruturante. Este estudo, centrou-se na análise da questão da desvalorização salarial das qualificações dos jovens a partir do efeito mediador exercido pelos setores de atividade económica. Do ponto de vista teórico, este esforço procurou encontrar uma grelha de leitura alternativa à perspetiva analítica da segmentação e da oposição categorial *insider/outsider*.

Após a análise dos microdados e discussão de resultados, é possível responder ao problema formulado, apresentando conclusões para cada questão de investigação. A primeira questão refere-se ao impacto das qualificações escolares no ganho salarial dos trabalhadores e como esse impacto tem evoluído de uma forma geral na população e entre os trabalhadores mais jovens e mais velhos. Nos anos em análise, verifica-se uma redução do prémio das qualificações superiores para toda a população (54 p.p.). No caso dos mais jovens, o cenário é semelhante, com uma redução do prémio das qualificações de 1999 para 2019 (56 p.p.). Esta diminuição pode ter-se devido ao aumento do acesso dos mais jovens ao ensino superior e, conseqüentemente, ao aumento da oferta de jovens trabalhadores qualificados que daí resulta – aumento esse que não foi acompanhado pelo lado da procura de trabalho qualificado. Deste facto, resulta uma elevada sobrequalificação da população empregada, particularmente aguda entre os jovens.

Com este estudo, comprovou-se que o cenário das habilitações literárias tem vindo a alterar-se nas últimas duas décadas. Em 1999 predominava um elevado número de indivíduos com ensino básico, algo que atualmente continua a acontecer, contudo, deu-se um aumento exponencial das qualificações da população ativa, nomeadamente no grupo etário jovem, a nível do ensino secundário e superior, atingindo o valor mais elevado em 2019. Assim como refere FJS (2021), Portugal continua a apresentar um elevado *gap* intergeracional e longe de atingir a maioria da população ativa, com qualificações superiores. Posto isto, é reforçado a ideia presente no relatório Employment Outlook, da OCDE, que os indivíduos com qualificações de nível superior continuam em vantagem, mesmo que o prémio salarial para esta categoria social tenha desvalorizado.

A segunda questão abordada neste estudo centra-se na forma como as qualificações escolares são mediadas pela atividade económica em que o trabalhador está inserido e como é que essa realidade evoluiu nas últimas duas décadas. Ficou bastante claro que a atividade económica é uma variável que impacta de forma significativa na (des)valorização das qualificações. No período analisado observa-se que existem setores que remuneram as qualificações escolares de nível superior acima da média apurada para uma dada categoria social (“Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais”, “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio”, “Indústrias extrativas” e “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória”) e outros que desvalorizam esse recurso (“Alojamento, restauração e similares”, “Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas”, “Outras atividades de serviços” e “Pesca”). Esta realidade verifica-se quando se analisam separadamente o grupo dos homens qualificados e das mulheres qualificadas, bem como o dos trabalhadores jovens qualificados e dos trabalhadores mais velhos qualificados.

De uma forma transversal, verifica-se que a diminuição do prémio das qualificações superiores resulta de uma complexidade de fatores, como do grupo etário, do perfil qualificacional, da experiência profissional e do género.

A informação analisada permite concluir também que a (des)valorização setorial das qualificações tende a agudizar-se quando se passa da análise dos trabalhadores mais jovens para a dos trabalhadores mais velhos. Em termos relativos, a situação remuneratória dos qualificados tende a melhorar nos setores que mais premeiam as qualificações e a deteriorar-se nos setores que mais desvalorizam as qualificações.

Nesta investigação, comprova-se à semelhança de outros estudos que as desigualdades presentes no mercado de trabalho, são de facto, sistémicas e persistentes no acesso a oportunidades e conseqüentemente a recursos para as categorias sociais (Machado, 2015; Cantante, 2018). No caso dos trabalhadores com relações contratuais vulneráveis, não têm acesso a determinadas regalias sociais, assim como, a padrões de remuneração mais altos. O papel do género feminino tem vindo a alterar nas últimas décadas, contudo é observável que as mulheres tendem a auferir salários mais baixos que o género masculino, mesmo que apresentem um padrão de qualificação superior, nomeadamente quando nos referimos aos mais jovens. A diminuição do prémio salarial associado às qualificações, pode ser considerado uma das faces da precariedade, o facto do grupo etário jovem não auferir rendimentos que lhes permitam alcançar uma trajetória de vida digna e autónoma, contribuindo e incentivando a segmentação do mercado laboral.

O ritmo descontinuado das atividades económicas pode ser considerado um dos fatores explicativos da diminuição do prémio das qualificações superiores, dado que, o aumento significativo de indivíduos com qualificações mais altas não foi acompanhado pela transformação e inovação económica. No entanto, os setores económicos que estão presentes nos mercados globais e apresentem um maior desenvolvimento tecnológico, conseguem proporcionar prémios salariais mais altos.

Ao nível das atividades económicas, devem ser criadas condições para que a economia portuguesa não esteja tão centrada no Turismo, diversificar e alcançar todos os segmentos da população. O setor do Turismo continua a ser um setor relevante na criação de emprego e permite proporcionar trabalho a todos os níveis qualificacionais. Dado isto, podem-se criar condições para incentivar a uma maior dinamização da área do Turismo com mão-de-obra mais qualificada, através de um Turismo mais informado, capaz de atrair um público diferenciado e articular com outras áreas do conhecimento (Biologia, História, Ambiente...). Com isto, aposta-se na diversificação, procurando captar a energia e capacidade criativa que tem vindo a ser produzida através da oferta de ensino superior e da ciência, alcançando assim um público diverso.

A análise efetuada permite concluir, portanto, que as qualificações continuam a ter uma força estruturante na definição do ganho, contudo, esse impacto é influenciado pela atividade económica em que o trabalhador se insere. Do ponto de vista prospetivo e das políticas públicas, este estudo salienta a importância das estratégias de emprego e de investimento tendo em conta as potencialidades dos setores de atividade. Para além dos recursos escolares, da atividade económica, do grupo etário, do género, também a experiência é um dos fatores diferenciadores no prémio salarial. Assim como, o perfil social e étnico, a profissão, a formação profissional, os contratos coletivos, o vínculo contratual, a área demográfica, tal como o perfil produtivo e financeiro, a capacidade de inovação técnica e o alcance de mercados mais alargados e competitivos que irão originar outro tipo de condições aos trabalhadores.

Em suma, Portugal, comparativamente com outros países europeus, está longe de apresentar uma taxa elevada de população ativa com qualificações superiores. A solução pode passar por criar e proporcionar mais e melhor emprego qualificado (como do tipo de vínculo contratual e da remuneração). Importa, por isso, direcionar recursos para atividades económicas geradoras de emprego e intensivas em conhecimento que aproveitem as qualificações de nível superior e as valorizem do ponto de vista remuneratório. Este continua a ser o maior desafio do momento.

## Referências Bibliográficas

- Alves, M., & Morais, C. (2021). A Inserção Profissional de licenciados e mestres: Efeitos paradoxais da Feminização do Ensino Superior em tempos de incerteza. *SOCIOLOGIA, PROBLEMAS e PRÁTICAS*, 95, 103-126. A inserção profissional de licenciados e mestres: efeitos paradoxais da feminização do ensino superior em tempos de incerteza (openedition.org)
- Becker, G. (1964). *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, With Special Reference to Education*. New York: Columbia University Press.
- Caldas, J. C., Silva, A. A., e Cantante, F. (2020). As consequências socioeconómicas da COVID-19 e a sua desigual distribuição. *CoLABOR*, 175. DOI: 10.5281/zenodo.3954400
- Cantante, F. (2019). *O Risco da Desigualdade*. Almedina, Coimbra
- Cantante, F. (2014). Desigualdades de género no topo dos ganhos salariais em Portugal. *Observatório das Desigualdades e-Working Papers* N. ° 1/2014, ISCTE-IUL, CIES-IUL, 20. <http://hdl.handle.net/10071/7998>
- Cantante, F. (2018). O mercado de trabalho em Portugal e nos países europeus: Estatísticas 2018. *Observatório das Desigualdades*, 210. <http://hdl.handle.net/10071/15496>
- Cardoso, A. R., Guimarães, P., & Portugal, P., (2013). Everything you always wanted to know about sex discrimination. *Banco de Portugal, Working Papers*, n° 02/2013, 34. [Everything you always wanted to know about sex discrimination | Banco de Portugal \(bportugal.pt\)](http://www.bportugal.pt)
- Cardoso, A. R., Guimarães, P., Portugal, P., & Raposo, P. S. (2016). The sources of the gender wage gap. *Banco de Portugal*, 47-66. [The sources of the gender wage gap | Banco de Portugal \(bportugal.pt\)](http://www.bportugal.pt)
- Carmo, R.M., & Cantante, F. (2015). Desigualdades, redistribuição e o impacto do desemprego: tendências recentes e efeitos da crise económico-financeira. *Sociologia, Problemas e Práticas* (n° 77), 33-51. <http://hdl.handle.net/10071/8222>
- Centeno, M. & Novo, Á. (2012). Segmentação. *Boletim Económico, Volume 18 (n°1)*. *Banco de Portugal Departamento de Estudos Económicos. Boletim Económico - Primavera 2012*, 108. (bportugal.pt)
- Centeno, M. & Novo, Á. (2009) When Supply Meets Demand: Wage Inequality in Portugal. IZA Discussion Paper no 4592, *Institute for the Study of Labor (IZA)*, Bonn. <http://hdl.handle.net/10419/36207>
- Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego [CITE] (2015). *Desigualdade Salarial entre Homens e Mulheres em Portugal*. 8pp. [Desigualdade salarial.pdf \(cite.gov.pt\)](http://www.cite.gov.pt)
- Costa, A. F. (2012). Desigualdades Globais, *Sociologia, Problemas e Práticas* (n. ° 68, 9-32). *Mundos Sociais*. <http://hdl.handle.net/10071/3672>

- D`Uva, T. B., & Fernandes, M. (2017). Mobilidade Social em Portugal. *Fundação Francisco Manuel dos Santos*, 106-137. [Mobilidade social em Portugal | Livros | FFMS](#)
- Figueiredo, H. Portela, M. Sá, C. Cerejeira, J. Almeida, A., & Lourenço, D. (2017). Benefícios do Ensino Superior, *Estudo Da Fundação Francisco Manuel Dos Santos*. 151. [beneficios-do-ensino-superior \(ffms.pt\)](#)
- Fundação José Neves [FJN, 2021]. Estado da Nação: Educação, Emprego e Competências em Portugal. *Fundação José Neves*. ([jose Neves.org](#))
- Guilera, J. (2013). Income Inequality in Historical Perspective. Portugal (1980- 2006), Tese de Doutoramento, Universitat de Barcelona.
- Machado, F. L. (2015). Desigualdades sociais no mundo atual: teoria e ilustrações empíricas. Mulemba, *Revista Angolana de Ciências Sociais*. Vol. 9, 297-318. <http://hdl.handle.net/10071/13301>
- Machado, F.L, & Costa, A.F. (1998). Processos de uma modernidade inacabada: mudanças estruturais e mobilidade social. Em J. M. L. Viegas & A. F. Costa, *Portugal, que Modernidade?* (2º ed. pp.17-44). Celta Editora. <http://hdl.handle.net/10071/12085>
- Machado, J.A. & Mata, J., (2005). Counterfactual Decomposition of Changes in Wage Distributions Using Quantile Regression. *Jornaul of Applied Econometrics*, 20(4), 445-465.
- Marques, P., Suleman, F., & Guimaraes, R. (2021). Os jovens no mercado de trabalho em Portugal 2007-2018 (relatório anual). *Observatório do Emprego Jovem*. [Os jovens no mercado de trabalho em Portugal \(obsempregojovem.com\)](#)
- Martins, P. (2021). A Equidade intergeracional no Trabalho em Portugal. *Fundação Calouste Gulbenkian*, 144. [JI MercadoTrabalho\\_PT\\_web.pdf \(gulbenkian.pt\)](#)
- Mincer, J. (1974). Schooling, Experience, and Earnings, New York: Nacional Bureau of Economic Research, 71-92.
- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social 2021. Coleção estatísticas – Quadros de pessoal. Gabinete de Estratégia e Planeamento. Lisboa
- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (2019). “Séries Cronológicas QUADROS DE PESSOAL 2007 – 2017”, Gabinete de Estratégia e Planeamento
- Nunes. A.S., (1964). Portugal uma sociedade dualista em evolução. Em Instituto Ciências Sociais da Universidade Lisboa. *Análise Social* (nº7/8, 407-462).
- Observatório sobre Crises e Alternativas [OCA, 2018]. *Emprego e Salários pontos de interrogação* Barómetro das Crises nº 19. CES Lisboa. Pp 1-10.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE, 2018]. *A Broken Social Elevator? How Promete Social Mobility*, OECD publishing, Paris. <https://doi.org/10.1787/9789264301085-en>
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE, 2019]. *OECD Employment Outlook 2019: The Future of Work*, OECD Publishing, Paris. <https://doi.org/10.1787/9ee00155-en>

- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OECD, 2021]. *Education at a Glance 2021: OECD Indicators*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/b35a14e5-en>.
- Organização Internacional do Trabalho [OIT, 2018], *Global Wage Report 2018/19: What lies behind gender pay gaps*. Geneva: ILO, 2018. [Global Wage Report 2018/19 – What lies behind gender pay gaps \(ilo.org\)](https://doi.org/10.1787/b35a14e5-en)
- Parente, C. Ramos, M. Marcos, V. Cruz, S.A., & Veloso, H.N. (2011). Efeitos da Escolaridade nos Padrões de Inserção Profissional Juvenil em Portugal. *SOCIOLOGIA, PROBLEMAS e PRÁTICAS*, 65(69-93). [7777-Article Text-21857-1-10-20151204.pdf](https://doi.org/10.1787/b35a14e5-en)
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Reis, J. (2004). Estado, Mercado e Comunidade: A economia portuguesa e a governação contemporânea. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, 81-100 pp. <https://doi.org/10.4000/rccs.1050>
- Ramos, V. (2014). Que trajetórias de classe? Uma análise da mobilidade social em duas gerações de portugueses. *Análise Social*, 212, xlix (3.º), 25. [AS\\_212\\_d01.pdf \(ul.pt\)](https://doi.org/10.4000/rccs.1050)
- Rodrigues, C. F., Figueiras, R. & Junqueira, V. (2012). Desigualdade Económica em Portugal. *Fundação Francisco Manuel dos Santos*. Lisboa. 238pp. [FFMS\\_M Desigualdade Economica em Portugal 121232.pdf](https://doi.org/10.4000/rccs.1050)
- Rodrigues. C.F., Figueiras. R., & Junqueira. V. (2016). Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal. *As Consequências Sociais do Programa de Ajustamento*, Lisboa, FFMS.
- Teles, N. (2017). O trabalho como variável de ajustamento: da teoria à prática. Em Silva, C. M., Hespanha, P., & Caldas, C. J. (cords.), *Trabalho e Políticas de Emprego um retrocesso evitável* (1, 35-78). Atual Editora.
- Torres, A. Campos, P. C. Costa, D. Coelho, B. Maciel, D. Reigadinha, T., & Theodoro, E. (2018). Igualdade de género ao longo da vida: Portugal no contexto europeu. *Estudo Da Fundação Francisco Manuel Dos Santos*. 396pp. [Igualdade de Género ao longo da vida | Livros | FFMS](https://doi.org/10.4000/rccs.1050)



## Fontes

Portaria nº55/2010, de 21 Janeiro. (2010). Diário da República, 1.ª série-N.º 14. Regula o conteúdo do relatório anual referente à informação sobre a actividade social da empresa e o prazo da sua apresentação, Lisboa: Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde.

Serviços de Informação e Documentação. (2020, Setembro). Guia de Apoio ao Utilizador - Referências Bibliográficas: Norma APA 7ª ed. Serviços de Informação e Documentação. <http://hdl.handle.net/10071/15071>

Serviços de Informação e Documentação. (2020, Setembro). Referências e Citações Bibliográficas Apa –American Psychological Association 7ªed. Serviços de Informação e Documentação. [ApresentacaoAPA7ed\\_2021.pdf](#)



# ANEXOS

## ANEXO A

### Ganho salarial médio dos jovens que concluíram o ensino superior, por atividade económica - 2019 (euros)



## ANEXO B

### Ganho salarial médio dos jovens que concluíram o ensino superior, por atividade económica -2010 (euros)



## ANEXO C

### Ganho salarial médio dos jovens que concluíram o ensino superior, por atividade económica - 1999 (euros)



## ANEXO D

### Ganho salarial médio dos mais velhos que concluíram o ensino superior, por atividade económica - 2019 (euros)



## ANEXO E

### Ganho salarial médio dos jovens que concluíram o ensino superior, por atividade económica e género - 2019 (euros)

